

CSA - CÂMARA DE CIÊNCIAS APLICADAS (PÔSTER)

NOME: JÉSSICA STELLA DE ÁVILA COUTO

TÍTULO: O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO NO EQUADOR E SUAS INFLUÊNCIAS NAS MUDANÇAS SOCIAIS ACERCA DOS DIREITOS DA NATUREZA

AUTORES: PEDRO HENRIQUE NASCIMENTO ZANON, JÉSSICA STELLA DE ÁVILA COUTO, JÉSSICA STELLA DE ÁVILA COUTO, PEDRO HENRIQUE NASCIMENTO ZANON

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): NÃO POSSUI

PALAVRA CHAVE: CONSTITUIÇÃO, DIREITO, EQUADOR E NATUREZA.

RESUMO

Resumo

O fundamento desse projeto reside na importância de se observar o marco histórico equatoriano no que diz respeito a relevância da natureza como sujeito de direitos e sua possível aplicação no Brasil, assim como a necessidade de se abrir espaço para maior participação popular no processo constitucional de um país. A fundamentação dessa pesquisa foi a utilização de um caso concreto descrito por Felipe Klein Gussoli que tratou muito bem dos avanços equatoriais no que diz respeito a evolução ao tratamento dado a Pacha Mama. Além da análise de artigos, monografias e livros sobre os temas. A relevância dessa pesquisa foi a tradição patrimonialista, que trata de resolver conflitos entre sujeitos e coisas e que precisa ser repensada quando se coloca a natureza em debate. Isso se dá em função da imprudência da ação do homem ao explorar recursos naturais e tudo aquilo que envolve seu ambiente. A metodologia adotada segue um caráter exploratório ao analisar o primeiro caso mundial que colocava um rio como sujeito de direitos, explorando as falhas do processo e suas possíveis melhorias e aplicações futuras. Além disso, será feita uma análise da participação indígena na Constituição de 1998 e na atual, de 2008 que são um dos principais protagonistas quanto se diz respeito a Constituição equatoriana e merece destaque. Além dos assuntos retratados, outro importante debate foi acerca das mudanças ocorridas no Equador em função no novo constitucionalismo latino americano que possui a Assembleia Constituinte como a maior representação da sua democracia. O problema encontrado será a dificuldade de se aplicar o modelo constitucional de valoração da natureza em países voltados para o capitalismo e exploração desenfreada, onde o lucro se torna o principal objetivo em detrimento de uma relação saudável e harmônica entre homem e natureza.